



Mulheres

Governo vai lançar planos ministeriais para a igualdade no dia da Mulher

2011-02-26, 06:31

Nova Iorque, 26 fev (Lusa) -- O governo vai lançar planos ministeriais para a Igualdade no próximo dia internacional da Mulher, a 8 de março, criando incentivos à decisão e carreiras femininas no setor público, afirmou a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais.

Estes planos promovem medidas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, nomeadamente através das licenças de parentalidade, e do incentivo à prestação pelos homens de cuidados familiares, causa de "90 por cento das faltas ao trabalho das mulheres" e um obstáculo às carreiras, disse à Lusa.

"Cada Ministério terá de encontrar as soluções em função das suas realidades", adiantou a secretária de Estado.

As opções incluem a articulação da rede de creches aos horários dos pais, bem como das redes de transportes, exemplificou Elza Pais.

"Afirmar os planos nas culturas organizacionais das autarquias e do Estado é uma maneira de democratizar e de mudar as culturas organizacionais, tornando-as mais sensíveis ao género e igualdade", afirma.

O esforço envolve também o setor empresarial do Estado e as autarquias, para as quais foi aberto um concurso, com apoio de fundos estruturais europeus, para a promoção de planos para a Igualdade, que contam com 50 projetos que se encontram em avaliação.

Para a secretária de Estado, foi "rompido o tradicional obstáculo da integração da perspetiva de género na administração pública", mas é preciso fazer mais em relação ao mundo empresarial.

Foram criados incentivos para que "todas as empresas adotem estratégias deste género", como o Prémio Igualdade e Qualidade, a que muitas empresas concorrem, mas a "tomada de decisão ao nível das empresas apresenta níveis muito baixos" de participação feminina.

Segundo Elza Pais, os Conselhos de Administração empresariais têm apenas cerca de 4 por cento de mulheres.

"É muito pouco, com prejuízos para as empresas, uma vez que as mulheres estão com qualificações elevadas", afirmou.

Apresentado em dezembro, o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não

Discriminação (PNI) define como parceiros estratégicos na implementação das políticas públicas de igualdade e não discriminação a rede de municípios que promovem e as associações não governamentais.

As 95 medidas do Plano estão divididas em 14 áreas estratégicas, que vão desde a integração da dimensão de género na administração pública, central e local até à independência económica.

Além da igualdade de género, o PNI refere também as outras discriminações, como o caso das pessoas deficientes, os LGBT (lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgéneros) ou a população mais jovem.

PDF

Fonte: Agência LUSA

---